



**iniciativa
liberal**

Programa Eleitoral
Europeias 2019

LIBERDADE, TOLERÂNCIA E PROSPERIDADE

A EUROPA QUE SE PROJETA NUM FUTURO DE MUDANÇA GLOBAL COLOCAR PORTUGAL A CRESCER NOVAMENTE NA EUROPA

INTRODUÇÃO – A EUROPA QUE QUEREMOS

A União Europeia, um espaço de liberdade por excelência, tem sido fundamental na melhoria da qualidade de vida de todos os europeus, incluindo os portugueses. Foi a seguir à adesão à Comunidade Económica Europeia que Portugal teve o maior período de convergência económica em democracia. Hoje, graças à criação do espaço Schengen, temos uma população mais virada para fora, aberta a experiências que estiveram vedadas a gerações anteriores. Graças à liberdade de circulação de bens, temos empresas mais competitivas que importaram as melhores práticas industriais nos seus sectores. Graças ao programa Erasmus, milhares de jovens tiveram a oportunidade de estudar fora do seu país, abrindo-se culturalmente ao resto da Europa. Porém, também é verdade que há mudanças sociais, económicas e culturais rápidas, aproveitadas por grupos políticos radicais para gerar vários tipos de medos. Medos económicos e sociais, que hoje levam alguns a quererem fechar-se e abdicar de muito do que foi conquistado. A gestão política interna faz com que muitos prefiram colocar as culpas da má gestão política do país na União Europeia, em vez de assumir os próprios erros. As consequências desta retórica de desculpabilização dos erros próprios é dar força a visões radicais sobre a Europa. Muitos hoje procuram fechar a nossa economia e as fronteiras. Sentem que, ao isolarem-se dos outros, se podem proteger e, em última análise, ficar numa melhor situação. Tal é, a nosso ver, errado. A cooperação voluntária, a liberdade na diversidade, o convívio tolerante e a concorrência entre diferentes visões trouxeram-nos ao ponto em que hoje nos encontramos: o melhor período da história para se viver, apesar do que dizem radicais de esquerda e direita.

Defendemos, por isso, uma Europa do Estado de Direito, do primado das liberdades civis e da tolerância pluralista acompanhada de responsabilidade, onde a liberdade económica deve ser cada vez maior. **Rejeitamos o autoritarismo colectivista e todos os extremismos baseados no medo que, à esquerda e à direita, vêm acompanhados de um forte estatismo.** Em Maio de 2019, os Europeus são chamados a fazer uma escolha fundamental. A escolha entre uma Europa mais fechada, com medo de toda a mudança económica e social, e uma Europa aberta que continue com a livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais. Rejeitamos uma visão de futuro binária para a Europa em que as duas únicas opções sejam o recuo nas liberdades fundamentais ou uma integração excessiva. Consideramos que as duas visões se alimentam mutuamente. Querer que o tema tenha apenas dois pólos é caminho aberto para a ascensão de demagogos de ambos os lados. A UE é uma construção inacabada, com estruturas confusas, burocráticas e com défice democrático, mas é graças a este projeto que a Europa vive hoje livre de alguns problemas graves que a acompanharam ao longo

da história. É graças à liberdade que este projeto político permitiu que a Europa é hoje um lugar de prosperidade e oportunidade.

Sessenta e sete anos após o tratado de Roma, a Europa vive o seu mais longo período de paz e prosperidade. É essa Europa das pessoas, a Europa em que queremos viver e deixar de legado aos nossos filhos e netos. **Defendemos uma Europa com uma visão positiva, que não vê ameaças em todo o lado, tolerante com a diferença e que acolhe a iniciativa privada.** Mas esta é também uma Europa que sabe olhar para a realidade política atual e para as especificidades culturais de vários Estados Europeus, que compreende algum cepticismo que existe face a Bruxelas, apesar da maioria das pessoas felizmente continuar a ser europeísta. Esta é a Europa que percebe que **não podemos defender um excessivo aprofundamento na integração europeia, sob pena das reações políticas poderem destruir todo o projeto europeu**, incluindo tudo o que de bom nos deu até hoje. Defendemos a unidade na diversidade.

Nós, Europeus, apesar das nossas diferenças, aprendemos a cooperar e a tomar decisões conjuntas que determinam o nosso futuro. A Europa já não é só um bloco de várias nações, mas sim um espaço transfronteiriço com um entendimento comum de democracia, justiça e economia de mercado. Nenhum destes feitos deve ser tomado como adquirido, cabendo-nos defendê-los. A UE continua a ser para Portugal uma influência positiva em domínios nos quais o nosso país tem ainda muito por onde evoluir. É o caso da transparência, da justiça, da exigência cívica, da concorrência, e da cultura do mérito. Olhando para o nosso panorama partidário não é de rejeitar completamente a possibilidade de que tenha sido a pertença à União Europeia a impedir Portugal de se ter tornado nos últimos anos na Venezuela da Europa.

Nós, Portugueses, que frequentemente nos vemos como periféricos, arredados dos centros de decisão, que vivemos recentemente uma crise económica com impactos profundos a nível social, somos aqui chamados a decidir o que queremos para a União Europeia. E não podemos deixar de nos pronunciar sobre as escolhas que nos são dadas, sob prejuízo que outros se pronunciem por nós.

UMA EUROPA LIBERAL

Nós, os Liberais, defendemos o primado de instituições liberais e democráticas.

Instituições que promovam a Liberdade Individual, a propriedade privada, um Estado limitado e ao serviço dos cidadãos, o Estado de Direito, mecanismos democráticos de alternância e controlo do poder político, independência de poderes, poderes exercidos localmente e politicamente responsáveis, baixos impostos e regulação amiga do investidor e do consumidor, políticas que não dificultam a criação de riqueza, património, bem-estar.

A União Europeia deve reflectir estes valores, que fazem parte da matriz cultural e política dos povos dos Estados-Membros.

Propomos:

- 1. Uma Europa de Estados Soberanos**
- 2. Uma Europa de integração voluntária**
- 3. Uma Europa de subsidiariedade e descentralização**
- 4. Uma Europa de mercado livre**
- 5. Uma Europa que promove o livre comércio**
- 6. Uma Europa que aprofunda o mercado único**
- 7. Uma Europa que promove a concorrência fiscal**
- 8. Uma Europa que reforma os centros de poder e aumenta a transparência**
- 9. Uma Europa menos burocrática e com regras claras**
- 10. Uma Europa que combate o extremismo coletivista de esquerda e direita com Pluralismo e Individualismo**
- 11. Uma Europa que é Humana, mas também realista ao lidar com o tema das Migrações**
- 12. Uma Europa que promove a sustentabilidade e aposta na educação e na inovação**

1. UMA EUROPA DE ESTADOS SOBERANOS

Nós, os Liberais, rejeitamos que o Projecto Europeu seja deturpado no sentido da criação de um super-estado continental. A União Europeia deve manter-se fiel aos seus princípios fundadores de criação de um vasto mercado e fórum de entendimento entre Estados-Membros soberanos.

Todos os esforços devem ser empenhados na promoção da colaboração e cooperação entre os Estados-Membros que se revêem neste projecto e que a ele voluntariamente concedem poderes estritamente limitados, em detrimento de uma coordenação ou dirigismo centralista por parte da União Europeia, modelo este que resulta na erosão, apagamento e eclipse das soberanias nacionais.

Em concreto, rejeitamos que a União Europeia se arrogue, de forma exclusiva, a competências e funções soberanas do Estado, nomeadamente da Defesa, Negócios Estrangeiros, Política fiscal, Política Social e Económica. Rejeitamos ainda a existência de uma identificação europeia dos cidadãos, ou outros aspectos associados a uma nação.

Igualmente, rejeitamos que estes pelouros sejam tutelados politicamente pelos órgãos da União Europeia. Deste princípio resulta uma reformulação profunda da estrutura e funções da Comissão Europeia, assim como dos assuntos sobre os quais o Parlamento Europeu pode legislar.

2. UMA EUROPA DE INTEGRAÇÃO VOLUNTÁRIA

Nós, os Liberais, entre os cinco cenários avançados pela Comissão Europeia para a União Europeia em 2025, defendemos, juntamente com partidos liberais de outros países, o cenário de uma Europa de integração livre e voluntária: quem quiser fazer mais em matérias de integração deve poder fazê-lo sem condicionar os estados que não o desejem. **Devem existir mecanismos que permitam que estados que rejeitem formas de integração o possam fazer sem impedir que outros os escolham.**

Na nossa perspectiva, este cenário apresenta quatro vantagens:

- Primeiro, permitiria a criação de áreas económicas internamente mais homogéneas e menos assimétricas, por comparação com o modelo actual, que propõe uma integração política aplicada centralmente a realidades nacionais altamente assimétricas.
- Segundo, ao conferir aos Estados-Membros a liberdade de eles próprios estabelecerem as suas próprias alianças com outros Estados-Membros, fora do jugo centralizador da Comissão Europeia e das influências decisivas que sobre ela alguns poderes exercem, a legitimidade política dessas novas alianças sairia reforçada.
- Terceiro, com o tempo, as relações estabelecidas no seio destas alianças permitiriam a criação de novos arranjos institucionais que desbloqueassem o impasse decisório que hoje se vive na UE.
- Quarto, permite políticas regionais mais adequadas aos contextos locais, tendo em consideração quer questões económicas, quer a cultura social, empresarial e institucional local.

Este modelo de cooperação descentralizada permite a coexistência e concorrência de modelos, aumentando a liberdade dos europeus e tornando a Europa mais diversa e mais resiliente aos desafios da economia global.

3. UMA EUROPA DE SUBSIDIARIEDADE E DESCENTRALIZAÇÃO

Nós, os Liberais, acreditamos que o indivíduo está no centro da nossa ação política e, por isso, devemos privilegiar formas de poder que lhe são próximas. Defendemos que o poder político deve ser limitado, e exercido o quanto mais próximo quanto possível dos cidadãos. Em vez de concentrar poder no governo central e em tecnocracias irresponsáveis, devemos descentralizar e devolver esse poder ao indivíduo e às comunidades locais.

A União Europeia não deve assumir poderes nem duplicar funções correntes desempenhadas pelos Estados, nem centralizar, nem muito menos monopolizar o que pode ser desempenhado descentralizadamente – por entidades políticas e administrativas mais responsivas e responsabilizadas pelos cidadãos e eleitores.

Defendemos descentralização. O respeito pelo indivíduo significa que o poder deve estar próximo dele - por questões de acesso, transparência e escrutínio. Advogamos o alinhamento de interações e uma descentralização de competências - **pensar globalmente e agir localmente deve ser o lema da Europa**. Assim, a Europa deve devolver ao nível nacional ou local o que pode ser decidido e operacionalizado nestes níveis. Só assim poderá estar mais próxima dos europeus.

Entendemos que para além de ser uma comunidade de Estados, a União Europeia deverá ser igualmente uma comunidade de regiões, de imensa diversidade, que colaboram e competem entre si por criar as melhores condições para os seus cidadãos. A União Europeia deve promover que os Estados devolvam poder às comunidades locais, dentro do respeito pelas constituições nacionais, e que as regiões possam cooperar em unidades supranacionais.

4. UMA EUROPA DE MERCADOS LIVRES

Nós, os Liberais, que acreditamos que o livre mercado é o melhor e mais justo motor de desenvolvimento económico, social e humano, devemos empenhar-nos em abolir os intervencionismos e barreiras que dificultam a livre iniciativa e o acesso dos cidadãos aos benefícios de uma economia livre de estatismos.

Defendemos que a União Europeia promova afincadamente a liberalização dos mercados nos Estados-Membros, incluindo a retirada do Estado das actividades que podem ser desempenhadas em ambiente de mercado – seja concorrencial, seja cooperativamente.

Por princípio, a União Europeia deverá deixar de dirigir, subsidiar, ou penalizar a iniciativa privada através de medidas que não se apliquem de igual forma a toda a economia, como é o caso da Política Agrícola Comum ou do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

5. UMA EUROPA QUE PROMOVE O LIVRE COMÉRCIO

Nós, os Liberais, que acreditamos que o comércio livre é uma das principais fontes de riqueza e bem-estar, devemos empenhar-nos em derrubar as barreiras ao comércio por todo o Mundo. Devemos unir-nos contra aqueles que veem o comércio internacional como um jogo de soma nula. O reforço dos tratados de livre comércio a nível mundial é prioritário num mundo que tem cada vez mais barreiras, mas que se quer mais livre e próspero. **Defendemos o desenvolvimento de acordos de comércio livre com mais países e blocos económicos. Caso o Brexit avance, é urgente um acordo de livre comércio com o Reino Unido.** Defendemos o levantamento das restrições às importações de produtos agrícolas, especialmente de países subdesenvolvidos, e de restrições a nível europeu às importações de conteúdos culturais sob todos os formatos.

Nós, os Liberais, que acreditamos na iniciativa empresarial e no progresso tecnológico, devemos ser o escudo protetor de empresários e inovadores contra as forças paralisantes dos grupos de interesse. **Liberdade empresarial (e não subsídios) e mercados livres (e não o proteccionismo)** devem estar no centro do nosso modelo de desenvolvimento económico. A Política Agrícola Comum tem mantido artificialmente ativos inúmeros negócios sem a mínima viabilidade económica, dando sinais errados a investidores, mantendo preços acima dos que seriam praticados num livre mercado e, em última análise, prejudicando gravemente os consumidores (sem mencionar várias fraudes na atribuição e utilização dos subsídios). **Defendemos, por isso, a diminuição progressiva da preponderância da Política Agrícola Comum no Orçamento Europeu.** Rejeitamos completamente uma possível estratégia de criar “campeões europeus”, até porque tal só iria prejudicar países pequenos como Portugal.

6. UMA EUROPA QUE APROFUNDA O MERCADO ÚNICO

Nós, os Liberais, defendemos a progressiva integração dos mercados nacionais no mercado europeu, como forma de facilitar o acesso de qualquer europeu aos bens e serviços, informação que sejam produzidos em qualquer local na Europa. A União Europeia deve empenhar-se em proporcionar a interoperacionalidade dos mercados, pela liberalização e pela redução de barreiras de todos os tipos – fiscais, administrativas, corporativas, proteccionistas ou outras.

Defendemos o **mercado único de bens, serviços, e capitais**, e defendemos que deve estar absolutamente isento de proteccionismos, burocracias, intervencionismos, custos de transacção legislativos, onerações fiscais — quaisquer barreiras discriminatórias que visem favorecer alguns agentes ou indústrias (sobretudo nacionais) em detrimento dos demais (sobretudo estrangeiros).

Defendemos o **mercado único de trabalho**. A mobilidade europeia no trabalho é hoje uma constante e deve ser facilitada. Para muitos, ser Europeu é também fazer a sua formação, ou parte dela, e ter carreira noutro país da UE. Como tal, devemos eliminar burocracias que impeçam os europeus de acederem ao mercado de trabalho fora do seu país de origem, e adoptar medidas facilitam a mobilidade e aumentam o leque de escolhas disponíveis aos cidadãos. Deste modo:

- defendemos um sistema de equivalência total entre níveis de escolaridade com regras claras, facilitando o intercâmbio estudantil,
- propomos o levantamento de barreiras corporativistas no acesso e exercício das profissões, facilitando a liberdade de exercício profissional nos diversos Estados-Membros,
- propomos também que haja uma rede de centros de emprego a nível europeu com uma progressiva disponibilização das diversas ofertas de emprego e formação profissional na UE.

Defendemos o **mercado único nas infraestruturas**. Defendemos livre acesso, a agentes de todos os países da União Europeia, ao investimento e operação de:

- infraestruturas de transportes – estradas, ferrovias, transportes marítimos, aéreos, incluindo respectivas instalações e *interfaces*,
- logística e distribuição,
- redes de telecomunicações,
- energia (electricidade, gás), água e saneamento – produção, transporte, distribuição e consumo.

Defendemos a liberalização destes sectores, e a sua incorporação num mercado único, Estas medidas permitirão a entrada de novos concorrentes em vários países, **diminuindo, assim, o preço final pago pelo consumidores**. Num mercado único de energia, a segurança de fornecimentos será muito maior, e a concorrência poderá resultar numa convergência fiscal, o que seria muito importante para os portugueses, um vez que (por exemplo) temos das fontes de energia com um preço final mais caro na Europa, dado que mais de metade do preço são impostos e taxas.

Defendemos um **mercado único na informação e comunicação social**, e rejeitamos medidas de manutenção ou criação de entraves, condicionamentos ou controlos, do consumo de informação pelos cidadãos, tanto pelos meios tradicionais como pelos novos *media*.

Defendemos um **mercado único de contratações públicas e concessões de serviço público**. Qualquer serviço que o Estado contrate ao sector privado tem de estar acessível a prestadores de qualquer país, não sendo admissíveis protecções aos serviços nacionais ou incumbentes.

Defendemos um **mercado único de serviços do âmbito do bem-estar e providência**. Propomos a abertura de mercados sociais europeus como, por exemplo, para seguros de saúde. No que diz respeito à Economia Social, os cidadãos devem poder ser servidos por prestadores de serviço "social" de qualquer país da União Europeia.

Defendemos também um **mercado único para organizações sem fins lucrativos**. É preciso eliminar as barreiras ao financiamento e cooperação transfronteiriços bem como ao reconhecimento transfronteiriço do estatuto da organização.

7. UMA EUROPA QUE PROMOVE A CONCORRÊNCIA FISCAL

Nós, os Liberais, que acreditamos que a concorrência e o mercado livre são mecanismos essenciais para a prosperidade e o desenvolvimento, não devemos impedir os estados nacionais de estar expostos a essas forças. **Não podemos defender um único modelo económico e fiscal para toda a União Europeia.** O fim da concorrência fiscal dentro da União Europeia seria um ingrediente de opressão e pobreza.

Não vemos legitimidade nem utilidade para um ministro das Finanças europeu na atual situação. Isso poderia, pelo contrário, levar à criação de impostos europeus e harmonização fiscal. É, basicamente, subtrair aquilo que alimenta a competitividade europeia - a concorrência fiscal entre nações, que permitiu que nações muito pobres como a Irlanda passassem para o pelotão da frente. Esvaziar essa alternativa é bastante perigoso, principalmente para um país como Portugal que, estando cada vez mais na cauda, a única possibilidade que tem para se tornar mais competitivo é fazer o que a Irlanda e a Estónia fizeram, atraindo capitais pela competitividade fiscal. Um país sem capital, como é o nosso caso, tem imenso a perder com harmonização fiscal ou impostos europeus.

As zonas fiscais especiais (como a da Madeira) devem poder ser facilmente estabelecidas, e estar abertas ao mercado, podendo concorrer entre si e, se quiserem, especializar-se, de modo a que os seus benefícios possam ser aproveitados pelo máximo número de agentes económicos. Os 'paraísos fiscais' devem poder ser acedidos com o mínimo de dificuldades seja de legislação nacional, seja de legislação europeia.

Somos, por isso, pela diferenciação fiscal e pela autonomia dos Estados-Membros em assuntos fiscais. Não só pela questão da utilidade já exposta, mas também pela legitimidade nesta questão. A União Europeia é uma união económica entre Estados independentes, na qual certas funções de soberania são partilhadas, mas em que o poder de taxar cabe aos Estados-Membros. Trata-se de um ponto fundamental porque, sendo o Estado um meio de acção comum dos cidadãos, e não um fim em si mesmo, é aos cidadãos de cada Estado, seus legítimos detentores, que cabe o ónus e a deliberação sobre a tributação. Seria, pois, inconcebível e anti-democrático que os contribuintes portugueses viessem algum dia a pagar impostos europeus que não merecessem a sua aprovação – **esse é um cenário tornado possível sem a unanimidade de decisão atual, com a qual alguns partidos querem acabar, o que rejeitamos totalmente.**

8. UMA EUROPA QUE REFORMA OS CENTROS DE PODER E AUMENTA A TRANSPARÊNCIA

Nós, os Liberais, defendemos que a representatividade democrática é um imperativo europeu. Reconhecemos que hoje em dia as instituições europeias são vistas como excessivamente burocratizadas, politizadas, tecnocráticas, prepotentes e alheadas dos cidadãos. Esta percepção pública arrisca descarrilar o Projecto Europeu.

O Parlamento é o único órgão eleito pelos cidadãos. **É, por isso, necessário reforçar as competências de supervisão do Parlamento Europeu de modo a escrutinar os órgãos não eleitos** - mantendo o respeito pelo Estado de Direito e a divisão de poderes.

O Parlamento Europeu deve ter um local fixo, o que poupa tempo e dinheiro em comparação com a operação paralela atual.

Queremos um contacto mais próximo entre os deputados europeus e os eleitores através de reuniões presenciais, fóruns online, participações digitais e pontos de situação regulares que deem conta dos trabalhos do Parlamento Europeus aos portugueses. Para além disso, **queremos alterar as regras da Iniciativa de Cidadania Europeia, um instrumento de democracia participativa** que permite que os cidadãos da União Europeia solicitem à Comissão Europeia propostas de legislação, diminuindo o número de critérios necessários de cumprir e acabando com o direito da Comissão a nada fazer com as Iniciativas que cumprem os critérios.

A transparência das instituições é um dos pilares críticos para que os cidadãos sintam a Europa como sua. **Uma das áreas em que é necessário aumentar a transparência é no lobby.** Para tal, o registo dos lobistas deve ser feito de forma sistemática e não apenas voluntária como agora. Os cidadãos têm o direito de escrutinar a atividade lobista, os interesses que defendem e as reuniões que promovem na defesa desses interesses, sabendo também quais os funcionários públicos europeus envolvidos e com que propósito. As instituições públicas devem ter os seus documentos digitalizados, devidamente identificados com recurso a metadados, e disponíveis online para consulta para efeitos de transparência.

Propomos ainda o reforço dos mecanismos referendários como meio de legitimar medidas tomadas pelos Estados no âmbito deste modelo multicêntrico.

9. UMA EUROPA MENOS BUROCRÁTICA E COM REGRAS CLARAS

Nós, os Liberais, que combatemos a burocracia nacional, rejeitamos de igual forma a burocracia europeia. **Defendemos convictamente menos interferência de todos os níveis de governo na vida das pessoas e das empresas.**

Queremos **reduzir fortemente a complexidade das regras europeias**. A actual situação apenas fomenta a inaplicabilidade destas regras, promovendo o cepticismo dos cidadãos face à UE. Esta simplificação implica uma revisão que possibilite uma maior clareza de aplicação das regras europeias e que aumente o escrutínio das instituições europeias.

Neste âmbito, **consideramos essencial uma revisão de alguns dos critérios subjacentes ao Tratado Orçamental**. As abstrações observáveis neste documento, e que têm permitido à Comissão Europeia alguns *volte-face* nos últimos anos, devem ser retiradas. **A manutenção de critérios de ajustamento orçamental de difícil interpretação** – como é o caso do saldo estrutural ou do ajustamento orçamental associado ao hiato do produto – **não fazem sentido**. Assim, propomos que apenas o saldo nominal de um défice até 3% do PIB seja mantido e que, simultaneamente, **o equilíbrio do saldo corrente do Estado** (isto é, o saldo orçamental do Estado, incluindo o pagamento de juros, mas antes de considerada a despesa líquida de capital – ou seja, o investimento) **seja elevado a critério central**.

A nossa proposta permite que a chamada “cláusula de investimento” fique automaticamente confinada sem, contudo, impedir o seu reforço em tempos de recessão – assumindo o equilíbrio corrente do Estados-Membros beneficiários e uma definição convencional de recessão – **eliminando a arbitrariedade** que a mesma, na sua conceptualização actual, encerra. De facto, esta arbitrariedade deposita excessiva discricionariedade nas mãos de um órgão executivo sobre o qual não existe o devido escrutínio democrático.

10. UMA EUROPA QUE COMBATE O EXTREMISMO COLETIVISTA DE ESQUERDA E DIREITA COM PLURALISMO E INDIVIDUALISMO

Nós, os Liberais, que acreditamos que a liberdade de expressão é um direito essencial, devemos lutar contra qualquer forma de censura, seja executada por meios legais ou técnicos. Uma comunicação clara dos valores europeus, assim como dos direitos e responsabilidades individuais, é a única arma que nos protegerá do populismo e ideais extremistas.

Nós, os Liberais, que rejeitamos o fascismo e o comunismo de igual forma, devemos entender as necessidades daqueles que encontram nessas ideologias falhadas a resposta aos seus problemas. Devemos pensar fora da bolha de Bruxelas e dar resposta a todos os que acham que têm tão pouco a perder que não se importam de votar em forças políticas tão destrutivas.

Nós, os Liberais, que acreditamos que o indivíduo é a identidade chave, devemos evitar a todo o custo políticas identitárias. Não devemos nunca esquecer que a minoria mais pequena, mais atacada e mais desprotegida de todas é o indivíduo.

O direito à autodeterminação, independentemente das origens, crenças, género ou orientação sexual, é um valor liberal inquestionável. A Europa tem de respeitar a diversidade dos seus povos, e oferecer rápida integração, sobretudo económica, às minorias. A diversidade linguística deve ser mantida e respeitada. A tolerância étnica e religiosa é um valor inalienável da matriz europeia e tem de ser defendido. Tal consegue-se com educação, integração e exposição às diversas culturas, e não com exclusão, xenofobia e preconceitos.

Não toleramos a violência de género nem o assédio sexual, em todas as suas formas. O respeito pelos direitos humanos é inalienável dos valores europeus. Mulheres e homens devem ser olhados como iguais perante a lei, perante as oportunidades de participação na vida pública, social e económica. Porém, tal visão deve ter em consideração as diferenças que existem entre eles, e que não são um mero resultado de uma construção social. **Assim, rejeitamos absolutamente qualquer medida que tenha em vista a normalização da sociedade em termos de quotas - seja nas instituições políticas, públicas e sociais, seja por imposição em empresas.** A promoção da liberdade individual passa pela educação, pela transformação cultural e pela justiça, não por medidas de engenharia social.

As novas tecnologias de sequenciação e edição genómica (em particular, a CRISPR) revolucionam o que é hoje feito em termos de engenharia genética. Em questões relacionadas com a alteração do genoma humano, a Europa tem de ter os mais elevados padrões de ética para lidar com todos estes desafios tecnológicos. **Rejeitamos veementemente qualquer prática eugénica;** e a manipulação genética só é lícita em casos de doenças genéticas. Face aos novos desafios colocados, e à

luz dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, a Europa deverá rever as restrições existentes a nível de financiamento da investigação e possíveis práticas comerciais envolvendo alterações em embriões.

Defendemos que todos os cidadãos europeus devem ter a sua pegada digital protegida do abuso e vigilância estatal. O cruzamento de dados deve ser limitado, garantindo a preservação da privacidade do indivíduo. No mercado único digital, a nossa posição é de absoluta recusa de filtros automáticos para conteúdos gerados por utilizadores, e defendemos que os conteúdos digitais devem estar disponíveis aos utilizadores sem restrições geográficas (o chamado “geoblocking”).

Na defesa do Estado de Direito, para além dos mecanismos de diálogo e da retirada do direito de voto nos termos da lei, defendemos também sanções financeiras fortes. **A distribuição de fundos para os Estados-Membros europeus deve estar condicionada pelo seu respeito pelo princípio do Estado de Direito. A suspensão do direito de voto no Conselho da UE aos Estados que violem este princípio deve ser uma possibilidade.**

11. UMA EUROPA QUE É HUMANA, MAS TAMBÉM REALISTA AO LIDAR COM O TEMA DAS MIGRAÇÕES

Nós, os Liberais, que acreditamos no valor da dignidade humana e temos uma memória sólida da história da Europa, **não nos devemos colocar ao lado daqueles que rejeitam a obrigação humanitária básica de receber e proteger refugiados durante períodos de guerra.** Não devemos cair na armadilha populista de misturar política de refugiados e política de imigração.

Nós, os Liberais, que acreditamos nos valores europeus, não devemos defender uma política de imigração e integração que coloque em causa esses valores no longo prazo. Não devemos seguir uma política de imigração que recompense traficantes de seres humanos.

A demografia em rápida mudança, os fluxos migratórios e a necessidade de jovens não podem ser ignorados. Não europeus que queiram vir de forma legal são bem-vindos à Europa. Um continente como a Europa, com a sua herança cultural, que sempre foi um continente aberto ao mundo não se pode fechar à imigração. Não podemos simplesmente fechar as fronteiras e, a partir de agora, sermos um continente culturalmente fechado. No entanto, defendemos que é completamente ilusório pensar que não podem existir fronteiras ou limites e condições à entrada de imigrantes. Com fronteiras completamente abertas, um país não conseguiria resistir política, social e até economicamente, tendo em conta o Estado Social que temos.

Nós, os liberais, defendemos uma Europa que não promova a imigração ilegal Tendo, obviamente, a obrigação moral de salvar pessoas em risco de vida, não podemos criar incentivos a que mais continuem a arriscar a sua vida oferecendo entrada prioritária a quem o faz. Quem chega de barco deve ser salvo e depois devolvido ao consulado do país de origem para ir para a mesma fila onde vão todas as outras pessoas. **A forma de entrar na UE deve ser igual para todos,** não se deve dar prioridade àqueles que entram de barco de forma ilegal, tem de ser dada prioridade àqueles que têm mais necessidade e que sofrem perseguições nos países de origem. **Só com fronteiras externas estáveis poderemos ter fronteiras internas abertas.**

As prioridades têm que ser baseadas em critérios válidos e não no meio como se entra na UE. Caso contrário, estaremos a alimentar sempre os métodos ilegais de entrada, o tráfico de pessoas e, mais do que isso, somos responsáveis por todas as pessoas que morrem no Mediterrâneo. **Propomos que, em relação aos imigrantes económicos, a UE estude a possibilidade de introduzir um sistema de pontos baseado em critérios claros.**

Defendemos uma rápida integração de refugiados e imigrantes, permitindo que possam entrar facilmente no mercado de trabalho. Só deste modo poderemos evitar a criação de comunidades paralelas.

12. UMA EUROPA QUE PROMOVE A SUSTENTABILIDADE E APOSTA NA EDUCAÇÃO E NA INOVAÇÃO

Nós, os Liberais, defendemos que a Europa deve ser firme nos objetivos de proteção do ambiente. Porém, deve ser tecnologicamente agnóstica, tendo em consideração o impacto ambiental em todo o ciclo de vida do produto. Devemos ter uma preocupação ambiental, apoiando o princípio do “poluidor-pagador”, sempre que existam alternativas tecnológicas que não impliquem um retrocesso civilizacional. Quaisquer destas medidas só será eficaz se tomada a nível global. Para além de ser ambiciosa nos seus próprios objetivos, a Europa deverá ser o exemplo e usar a sua diplomacia externa para influenciar entendimentos globais sobre esta matéria.

A liderança da Europa neste mundo globalizado passa pela liderança científica e tecnológica. Entraremos brevemente no novo Programa-Quadro *Horizon Europe*, que será o maior programa de financiamento de investigação a nível mundial. **A Europa deve continuar a apoiar a investigação fundamental. Porém, discordamos da atual visão intervencionista e estatista da inovação que a Comissão Europeia tem adoptado.** Não cabe aos Estados criarem mercados, mas sim aos empresários e à iniciativa privada.

Defendemos a manutenção e aprofundamento do programa Erasmus +, nas suas diversas formas. Este financiamento, hoje totalmente público, deve ser complementado com um esquema de empréstimos, nomeadamente em estágios profissionais. Tal resulta num aumento da exigência dos participantes no Erasmus +, bem como no valor dos estágios oferecidos pelas empresas. Defendemos o estudo da possibilidade de criar um *cheque-ensino*, emitido em nome dos alunos, e que possa ser aceite nos diversos Estados-Membros.

Defendemos uma integração de qualificações: graus de escolaridade num país devem ser facilmente convertidos para os de outro Estado-Membro com regras simples e claras. É urgente que as crianças se possam deslocar e começar a estudar facilmente noutra Estado-Membro. Deve ser estudada a anulação da necessidade de reconhecimento de diplomas de ensino superior. Não há justificação para manter esta necessidade burocrática.

Defendemos que, mesmo com o Brexit, o Reino Unido deve poder continuar envolvido no programa Erasmus e no programa *Horizon Europe*.

Nós, os Liberais, indivíduos, portugueses e europeus, defendemos uma União Europeia focada em potenciar capacidades e aspirações individuais e não em reprimi-las pela burocracia e força do poder político. Esta será a nossa Europa.